

7. A Participação do Exército no Processo Político Brasileiro entre 1918 e 1945: consequências para a coesão ideológica

Anderson Salvador da Silva¹

RESUMO

Atualmente o Exército Brasileiro possui um elevado nível de aceitação junto à sociedade civil. Esse fato se deve, dentre outros fatores, à unidade de pensamento existente entre os militares. Isso impede que haja divisões internas e, como consequência, o enfraquecimento do Exército Brasileiro. Entretanto, nem sempre foi assim. Existiram momentos históricos em que as diferenças ideológicas dificultaram a evolução doutrinária, pessoal, e material da Força Terrestre. O auge dessas dissensões foi o ano de 1930. Neste ano ocorreu a Revolução de 1930. Esse fato iniciou o processo de coesão do Exército que se concluiu com a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, em 1945. A partir desse contexto, o presente estudo verificou que o Exército, de fato, participou do processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, e que essa participação teve como

uma das consequências a coesão ideológica da Força Terrestre.

Palavras-chave: Movimento Tenentista. Revolução de 1930. Era Vargas (1930-1945).

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, como uma possessão portuguesa, herdou os modelos políticos e militares de sua antiga metrópole. A ligação entre militares e política data do período colonial brasileiro, com a chegada dos primeiros emigrantes lusitanos ao Brasil. Em um primeiro momento esta ligação ocorreu através do sistema de Capitânicas Hereditárias. Após o término deste sistema, prosseguiu na fase dos Governos Gerais.

Os poderes políticos e militares, nesse período inicial de povoamento, estavam nas mãos de uma pessoa, o chamado donatário. Essa figura era o detentor de porções de terras concedidas pela coroa portu-
gue-

¹ Major da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela AMAN em 2004. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2013, com ênfase em História Militar. Atualmente, desempenha a função de Instrutor Chefe da Seção de Ensino "D"/Curso de Engenharia da EASA.

sa, denominadas Capitânicas Hereditárias. A concentração de poderes nas mãos dos donatários favoreceu o combate aos estrangeiros e assegurou o desbravamento da nova terra¹.

Com o declínio do sistema de capitânicas, Portugal implantou em sua colônia americana os Governos Gerais. A administração brasileira evoluiu e abriram-se espaços para novas formas políticas que proporcionaram um afastamento entre a política e os militares².

A chegada da família real ao Rio de Janeiro, no ano de 1808, modificou definitivamente as estruturas políticas e sociais brasileiras. A criação da Academia Real Militar, em 1810, foi uma dessas modificações estruturais dentro do campo militar³.

Todo esse processo de renovação da Nação culminou, em 1822, com a proclamação da Independência do Brasil. Nesta fase, o Exército Brasileiro participou de importantes combates contra os portugueses nas Províncias da Cisplatina e Bahia. No período imperial ocorreram fatos que aproximaram o Exército e a Política, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança⁴.

Durante o período imperial, um dos episódios de maior destaque foi a Guerra da Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870. Os principais chefes militares das tropas em operação neste conflito, Caxias e Osório, ocuparam altas funções políticas dentro do Império.

Os militares estavam cada vez mais desalentados com os rumos que a nação estava tomando e com o abandono em que se encontravam as Forças Armadas, principalmente no período que se seguiu ao término da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa feita, o Exército Brasileiro acabou contribuindo para a queda da monarquia e a consequente implantação do novo regime político republicano, em 15 de novembro de 1889.

A República Federativa do Brasil nasceu com os militares e estes, em diversos momentos críticos da nação, intervieram para que a liberdade e a democracia fossem mantidas.

A década de 1920 foi muito conturbada

para a sociedade como um todo, mas principalmente para o Exército Brasileiro. Esta década culminou com a crise da bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, fato este que afetou o mundo e o Brasil.

Além de mudanças econômicas, a sociedade brasileira ansiava por outras mudanças, em especial na política. O povo ansiava pela lisura total do processo eleitoral, conforme o prescrito pela Constituição Federal de 1891. O Exército, como instituição permanente brasileira, catalisou os anseios do povo e conduziu a vitoriosa Revolução de 1930. Essa intervenção se deu justamente num momento em que a Força Terrestre encontrava-se com o seu corpo de oficiais dividido por diversas correntes ideológicas⁵.

Acompanhando a história do Brasil, verifica-se que em seus principais momentos o Exército esteve presente defendendo os interesses nacionais. Foi assim novamente em 1935, quando a Força Terrestre combateu pela primeira vez uma ideologia totalitária. Esse episódio ficou conhecido como Intentona Comunista e acabou por corroborar pela coesão do povo brasileiro e dos militares.

O Exército Brasileiro como instituição nacional permanente e regular, em diversos momentos interveio para a manutenção da ordem interna e a defesa da Pátria. A Força Terrestre combateu inimigos de diversas origens.

Em certos momentos, as intervenções realizadas pelas Forças Armadas exigiram uma participação na política Nacional. Desse modo, verificou-se o seguinte problema de pesquisa:

Em que medida a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre?

O esforço da pesquisa em solucionar o problema proposto, possibilitou a identificação do fortalecimento do laço de coesão ideológica dos militares em torno dos ideais democráticos e trouxe à tona fatos que marcaram profundamente a Instituição. Dessa forma, a presente pesquisa justifi-

cou-se por oferecer o embasamento cultural e histórico, não somente durante a fase intermediária do oficial, mas para toda a carreira militar. Além disso, este trabalho serviu para mostrar que os destinos da Força Terrestre e, por vezes, da nação brasileira foram traçados pela educação militar fornecida aos jovens alunos e cadetes das Escolas Militares, formadoras de oficiais combatentes do Exército. Essa educação é a responsável pela transmissão dos mais nobres valores morais e éticos, além de moldar o caráter dos oficiais de todos os tempos. Todos os ensinamentos posteriores adquiridos pelo oficial, seja na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, são complementos do que foi aprendido na Academia Militar.

2. METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar o caminho percorrido para solucionar o problema de pesquisa. Serão especificados os procedimentos utilizados para obter as informações de interesse e analisá-las.

Considerando a abordagem, este trabalho foi enquadrado como pesquisa qualitativa. “A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números”⁶.

Devido às características qualitativas das variáveis de estudo, fez-se necessário defini-las operacionalmente a fim de torná-las passíveis de observação e de mensuração.

Da análise das variáveis envolvidas no presente estudo, “**A participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945**”, apresentou-se como variável independente, tendo em vista que a sua manipulação exerceu efeito significativo sobre a variável dependente “**consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre**”.

O trabalho por tratar-se de uma pesquisa qualitativa seguiu as seguintes formas de pesquisa: pesquisa bibliográfica e pes-

quisa documental. As principais fontes de pesquisa foram: artigos científicos das bases de dados da ECEME, da EsAO e de Instituições de Ensino Superior (IES); pesquisa documental do Arquivo do Exército Brasileiro, do Arquivo do CPDOC/FGV e arquivos particulares; e livros escritos por autores que detêm profundo conhecimento na área do tema proposto na dissertação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, a pesquisa bibliográfica e os documentos históricos possibilitaram:

- conceituar ideologia, democracia e regimes totalitários;
- analisar as modificações vividas pelas Escolas Militares do Exército e suas consequências na formação dos oficiais no período da Primeira República;
- analisar a política brasileira no período da Proclamação da República até o final da década de 1920 e as correntes ideológicas que exerciam influência nos meios militares nesta época;
- analisar o Movimento Tenentista;
- analisar a Revolução de 1930;
- analisar a Revolução de 1932;
- analisar a Intentona Comunista de 1935;
- analisar o Levante Integralista de 1938; e
- analisar a participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

A análise das bibliografias e das documentações confirmou a existência de uma lacuna no conhecimento no que tange os fatos, ou, motivos que contribuíram decisivamente para a união ideológica do Exército Brasileiro como instituição permanente.

Contudo, visando um melhor entendimento dos dados colhidos, foi realizada a apresentação e discussão dos mesmos de maneira isolada.

A partir da análise da participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, foi possível identificar quais foram as consequências desta participação para a coesão ideológica da Força Terrestre. Desta forma, foi possível estabelecer as

implicações que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe para a coesão ideológica da Força Terrestre e comparar as informações e dados obtidos entre fontes bibliográficas e fontes primárias. Os resultados foram apresentados por meio da análise de variáveis, de modo a facilitar a compreensão e o entendimento histórico dos fatos.

O primeiro ponto foi a análise das ações em que se envolveu a Força Terrestre no Movimento Tenentista, na Revolução de 1930, na Revolução de 1932, na Intentona Comunista de 1935, no Levante Integralista de 1938 e na Segunda Guerra Mundial. Todos esses fatos históricos influenciaram o processo político brasileiro. Como o Exército participou ativamente de todos, se conclui que de fato houve a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

O segundo ponto, foi a discussão dos resultados obtidos com a revisão de literatura e com os documentos históricos, pois permitiu a conclusão acerca das consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre trazidas pela participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

Para que os problemas da divisão ideológica e da heterogeneidade na formação dos oficiais da Força Terrestre fossem solucionados foi necessária a participação do Exército no processo político brasileiro entre os anos de 1918 e 1945.

Na realidade, a coesão ideológica do Exército Brasileiro foi um processo longo e paulatino, iniciado em 1930 e atingindo seu ponto alto de amadurecimento em 1945. Esse processo de coesão da Força Terrestre pode ser dividido em duas fases que se complementam. Essas fases consolidaram-se em torno da ideologia política da democracia. Dentro dessa ideologia podem-se observar duas ideias-chaves: a defesa do Regime Constitucional e o combate aos Regimes Totalitários.

Cada uma dessas ideias, que auxiliaram na coesão ideológica do Exército, correspondeu a uma fase desse processo e en-

globou determinados acontecimentos históricos. Esses acontecimentos podem ser divididos em dois grupos.

Um primeiro grupo englobou as Revoluções de 1930 e 1932, podendo ser considerado como uma primeira fase da coesão ideológica da Força. Esta primeira fase, respaldou-se na ideia de Defesa do Regime Constitucional.

O segundo grupo abrangeu a Intentona Comunista de 1935, o Levante Integralista de 1938, e a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Este conjunto de fatos esteve diretamente ligado à ideia do combate aos Regimes Totalitários e pode ser considerada como a segunda fase do processo de coesão ideológica da Força Terrestre.

Essa coesão ideológica das Forças Armadas, em especial do Exército, em torno da ideologia democrática materializou-se em dois episódios da história do Brasil: o primeiro foi na transição democrática entre o governo de Vargas e o do Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1945; e o segundo, foi a Revolução Democrática de 1964. A partir desse embasamento foram apresentados os resultados e realizadas as discussões sobre a coesão ideológica do Exército Brasileiro.

A participação do Exército nas Revoluções de 1930 e 1932 faz parte da primeira fase do processo de coesão ideológica. Nessa fase houve uma redução da heterogeneidade dos oficiais da Força Terrestre e das ideologias que os dividiam. Dois fatos contribuíram para unir os oficiais: um foi a reforma da Lei de Promoções do Exército; e o outro foi a aceleração no processo de promoção à general para os oficiais formados pela Reforma do Ensino Militar de 1905. Estas conquistas contribuíram para a coesão da tropa e só foram possíveis, pois o Exército participou de todo o processo político. Estava concluída a primeira fase do processo de coesão ideológica da Força Terrestre, que marcou a coesão ideológica do Alto Comando do Exército. Contudo, algumas cisões ainda permaneceram no interior da Força Terrestre.

O combate aos Regimes Totalitários, en-

quadro na ideologia democrática, foi a ideia que marcou a segunda fase do processo de coesão ideológica do Exército, e englobou os seguintes fatos históricos: a Intentona Comunista de 1935, o Levante Integralista de 1938, e a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, para combater o nazifascismo. Essas ideologias disseminaram valores e ideias que entravam em choque com os valores democráticos do Exército Brasileiro. Com isso, essa fase possibilitou a consolidação da coesão ideológica entre os oficiais e praças da Força Terrestre, em torno da ideologia da democracia, seguindo a ideia do combate aos Regimes Totalitários.

A passagem da Presidência da República do Senhor Getúlio Vargas ao Marechal Eurico Gaspar Dutra foi proporcionada pela ação do Exército Brasileiro, em 1945. Esse processo de redemocratização do Brasil só foi possível por causa da consolidação da coesão ideológica da Força Terrestre. Se esta coesão não tivesse existido nesse período, provavelmente uma nova revolução teria assolado o Brasil.

4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa relacionada à participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, constitui uma real necessidade para a Força Terrestre, haja vista que muitas características atuais do Exército Brasileiro surgiram neste período histórico. Somente através do estudo da história militar da Força pode-se encontrar a identidade e os valores que constituem a Instituição.

O principal objetivo deste artigo científico foi concluir sobre os reflexos diretos para a Força Terrestre, trazidos pela participação desta no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945.

Pesquisando sobre as ações do Exército no Movimento Tenentista, na Revolução de 1930, na Revolução de 1932, na Intentona Comunista de 1935, no Levante Integralista de 1938, e na Segunda Guerra Mundial, observou-se que a participação da Força

foi efetiva. Assim, se conclui que o Exército participou do processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, cujas consequências foram a coesão ideológica da Força Terrestre.

Foi observado, que a coesão ideológica da Força Terrestre em torno da ideologia democrática foi de fundamental importância em dois momentos importantes da Nação: a Revolução Democrática de 1964 e a passagem do governo dos militares aos civis em 1985.

Foi constatado, através da análise das bibliografias e dos documentos encontrados, que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre. Foi de fundamental importância a pesquisa na Revista Defesa Nacional, haja vista este ser um órgão de propagação ideológica da Força. Isso ocorreu, pois na época os meios de comunicações eram precários, o que dificultava a rápida propagação das notícias e das ideias.

Através da análise e discussão dos resultados, confrontando-se os dados analisados com o estudo das variáveis independente e dependente, conclui-se que a participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, trouxe consequências para a coesão ideológica da Força Terrestre.

A História Militar ensinada aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras prioriza o estudo de caso das principais batalhas, das quais o Exército Brasileiro participou. Dessa feita, como contribuição deste trabalho para o desenvolvimento das ciências militares fica a ideia de que na Academia Militar a historiografia ensinada aos futuros oficiais pode englobar, além das batalhas, os contextos culturais, sociais, psicológicos, geográficos, dentre outros, que contribuíram para a ocorrência das guerras. Esta contribuição concorda com as ideias escritas a seguir:

Hoje, a História Militar procura estudar o fenômeno militar sob uma nova ótica, na qual os diversos fenômenos relacionados à guerra são integrados em uma compreensão analítica, contrapondo-se a um modelo tradicional

que privilegiava o estudo técnico das grandes batalhas narradas de forma descritiva, memorialista e centradas no culto aos grandes heróis. [...] A impossibilidade de desvincular a guerra dos fenômenos políticos fez com que as críticas à História Política fossem também dirigidas aos estudos militares, sendo estes, parte da política.

Como fechamento do presente artigo, fica a certeza de que os reflexos da participação do Exército no processo político brasileiro, entre 1918 e 1945, serviram para tornar as atuais gerações de militares unidas e alinhadas com os preceitos democráticos previstos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

WEHLING A; WEHLING M. J.C. M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MOTTA, Jeovah. Formação do oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

HAYES, Robert Ames. Nação armada: a mística militar brasileira. Tradução Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

TREVISAN, Leonardo N. Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: UFSC, 2000.

PARANHOS, Renato Jorge. Metodologia da História e História Militar. Revista A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, 1º. Quadrimestre. 2009.